

GESTÃO DEMOCRÁTICA, PRÁTICAS EDUCATIVAS E ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO NO COTIDIANO DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE RECIFE – PE.

GT - 03 - Gestão escolar, práticas educativas e currículo da Educação Básica

FERNANDA DACOSTAGUIMARÃECARVALHO

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação,
Departamento de Administração Escola e Planejamento
Educativo. Núcleo de Educação Popular (NUPEP)
fernandacgcarvalho@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa em questão é analisar as práticas de gestão democrática, as práticas educativas e as de organização curricular no cotidiano de uma escola pública Municipal de Recife – PE . Sabemos que a escola é um dos primeiros espaços de experimentação dos valores, dos sentimentos humanos, dentro do espaço societário de socialização e multiplicação de conhecimentos. Urge superar os problemas ainda existentes, uma vez que, estudos e pesquisas acadêmicas realizadas nos anos 90, apontavam para uma escola pública com dificuldades em fazer valer o direito à educação pública e de qualidade. Uma escola pública que falhava em sua tarefa básica de alfabetizar os filhos da classe trabalhadora.

È fato que muitas escolas ainda implementam uma rotina de trabalho mais voltada para o aprimoramento de uma tecnologia disciplinar do que para o aprimoramento das práticas pedagógicas. Assim, termina excluindo, precocemente, seus alunos do seu interior, através de um mecanismo de rejeição que opera duplamente: a escola não aceita os alunos como eles são e os alunos não aceitam as escolas tal como elas funciona.

Esse trabalho poderá oferecer uma contribuição para o fortalecimento das ações de gestão democrática, uma vez que pretende identificar, a partir da análise de dados estatísticos, documentos e entrevistas com os gestores, pais, professores, funcionários e alunos e observações no cotidiano das referidas escolar, se a prática de gestão escolar está sendo compreendida e desenvolvida, enquanto direito de todos e dever do Estado e da família, baseada nos fundamentos da cidadania, justiça social, da democracia e do respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais ou, ainda, direciona suas ações, considerando-se os valores autoritários, individualistas e excludentes.

A gestão democrática poderá estabelecer as regras de convivência no ambiente escolar de maneira amistosa, democrática e participativa, envolvendo o aluno, não somente na construção do cotidiano da escola como também poderá envolver o aluno no projeto de ensino e aprendizagem. Toda essa mudança de atitude poderá inaugurar novas práticas pedagógicas, poderá propor novas formas de integração entre o aluno e a escola, podendo facilitar o sucesso dos alunos na escola.

O Artigo 206 da Constituição Federal de 1988 estabeleceu os princípios segundo os quais o ensino será ministrado em todo território nacional. Em seu Inciso VI, institui a gestão democrática do ensino, da escola, na forma da Lei. A propósito da gestão democrática, Paro (1988), salienta que: “cada vez mais se afirma a participação da comunidade, (especialmente dos pais), junto às instituições de ensino”(p.79). Contudo, tal participação não se deve restringir apenas como instrumento de controle democrático, mas, também, enquanto, uma necessidade do próprio empreendimento pedagógico.

A gestão democrática da educação e da escola, deveria propor a defesa do direito da população usuária, pais, alunos e comunidade legal, de participarem das definições das políticas, as quais estariam sujeitos. Assim, formar o cidadão para uma sociedade participativa e igualitária, como propõe a Constituição Federal de 1988, pressuporia vivências democráticas no cotidiano escolar.

Na década de 1990 foi reforçada a obrigatoriedade da elaboração do projeto político-pedagógico e, conseqüentemente, veio se acentuando, na década presente a necessidade de propor a gestão democrática. A construção coletiva do projeto, pela escola, pode favorecer a criação de sua identidade na busca dos seus rumos, devendo fundamentar-se nas relações democráticas entre seus integrantes. A construção coletiva do projeto propicia à discussão dos problemas da escola diante da intencionalidade da prática educativa. Isso significa resgatar o papel da escola como lugar de reflexão, de ação, de reinvenção. Brandão (1995), nos remete, a importância do educador refletir sobre o processo educacional, sobre as práticas pedagógicas, sobre a política e a gestão da escola. A participação de todos os sujeitos é uma condição para elaboração do projeto político-pedagógico da escola. Participar é uma forma de superar as condições de dominação. Quanto maior o nível de participação, maior o êxito do trabalho.

Nunca é demais lembrar que a democratização da escola não se reduz à instituição de eleição diretor. Vejamos o que nos informa Fernandes (1986), à propósito da participação da população na gestão da sociedade, das instituições sociais, educacionais:

Não existe normalidade das coisas para os excluídos, para os que participam da mesa graças aos proventos do trabalho livre. Para eles, a normalidade das coisas está em aberto e só poderá surgir, por suas próprias mãos. Não é uma normalidade das coisas que passe pela ordem existente, pois a ordem existente se esqueceu, deles, de Deus, da Civilização, da Paz Social e de tudo mais. (p.57)

O autor em questão nos remete a pensar que a democracia é uma realidade histórica a ser construída. Assim, é relevante que cada vez mais na sociedade, na escola, sejam criadas relações de trabalho calcadas na colaboração recíproca e fundada, não na imposição, mas, no diálogo.

Azevedo (2001) destaca que: ”torna-se cada vez mais nebuloso o arco das forças e interesses que o Estado passa a representar” (p.40). É fato que para ultrapassar os obstáculos criados pelo Estado e pelo próprio sistema produtivo é imprescindível que a escola seja detentora de um mínimo de saber, de poder de decisão, que possa ser compartilhado com seus usuários de maneira mais efetiva e democrática.

Para Basto (2005), “a gestão democrática restabelece o controle da sociedade civil sobre a educação e sobre a escola pública”(p.20). E acrescenta: “a gestão

democrática deve ser incluída no rol das práticas sociais que podem contribuir para consciência democrática e a participação popular”(p.22). Nesse sentido, compreendemos a gestão compartilhada, participativa, enquanto, um instrumento significativo, para a garantia do direito ao ensino público de qualidade e para o fortalecimento da cidadania..

Para Basto (2005), a gestão democrática da educação Brasileira reivindicada pelos movimentos sociais durante o período da ditadura militar, tornando-se um dos princípios da educação na Constituição Brasileira de 1988, a ser aplicada apenas ao ensino público da administração pública. Vejamos o que nos informa o autor em questão a esse propósito:

A gestão democrática restabelece o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública, introduzindo a eleição de dirigentes escolares e os conselhos escolares, garante a liberdade de expressão, de pensamento coletiva na escola, de criação e de organização coletiva na escola, e facilita a luta por condições para aquisição e manutenção de equipamentos escolares, bem como por salários dignos a todos os profissionais da educação (p.08)

Podemos ainda salientar que o trabalho compartilhado, poderá favorecer ainda a formação continuada no espaço escolar, a partir do intercâmbio de experiências pedagógicas, culturais e administrativas. Contudo sabemos que os desafios são muitos. Observemos o que nos diz Gramsci (1981), a esse propósito:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las, portanto, em bases de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral (p.13)

Destacamos que a escola deveria oportunizar a construção das competências necessárias para enfrentar uma correlação de forças desigual que vem se explicitando a cada momento, ora pela imposição de processos e técnicas de gestão, ora pelo controle do conhecimento na escola, ora pelo arrocho salarial dos professores e funcionários, ora pelo sucateamento dos equipamentos da escola e pelo confisco do direito a formação continuada no local de trabalho.

Para Garcia (2000), a escola deve criar competências que vão além do ensinar. As novas competências impelem o educador a conhecer ainda mais o cotidiano escolar, a valorizar e incentivar o intercâmbio de experiências cognitivas, pedagógicas, culturais e administrativas. Assim, se é importante a criação de canais institucionais capazes de viabilizar essa participação, esse intercâmbio de experiências escolares, é, muitas vezes ultrapassando suas fronteiras que a luta maior deve ser travada.

É importante salientar que gestão democrática poderá constitui um caminho real de melhoria da qualidade de ensino se ela for concebida, em profundidade, como mecanismo capaz de alterar práticas pedagógicas e de fortalecer o exercício crítico da cidadania entre todos que integram a comunidade escolar. Para Guimarães (2009), a participação cidadã na gestão democrática da educação é, pois, a tônica para arenas de

embates, acordos político e controle da escola pela esfera pública, pela comunidade escolar.

Para a autora em questão o modelo de descentralização adotado, para a gestão democrática, deveria proporcionar uma participação mais efetiva de grupos sociais organizados nas políticas sociais, inclusive abrindo espaço no processo decisório. Vale destacar que na perspectiva de uma necessária democratização da escola é preciso, portanto, adotar um conceito de educação que exija a superação da estrutura autoritária, que ao que tudo indica, ainda prevalece na maiorias das escolas públicas de ensino no Brasil, na cidade do Recife, contrariando não somente a Constituição Federal de 1988, como também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996.

O conceito de Educação para Guimarães (2009), nos oportuniza um melhor entendimento a propósito de prática democrática. O autor ainda acrescenta que: "Se a educação visa o homem, este deve ser pensado não em sua condição meramente natural, como um animal racional, mas em sua transcendência dessa condição animal (p.19). Para transcender a natureza é preciso trabalhar no sentido humano.

Como bem destaca Marx (1971) é pelo trabalho, que o homem produz sua própria existência, produzindo tudo aquilo que não está posto naturalmente. Nesse processo, o homem, ao mesmo tempo em que cria sua condição de sujeito, atua sobre o objeto para realizar sua vontade, expressa nos valores por ele criados historicamente, cria também uma nova cultura, a partir do seu pleno exercício enquanto sujeito histórico, livre, autônomo, cidadão.

Destacamos que o conceito de cidadania vem sofrendo alterações, ao longo dos tempos. Para Pinsky (2004), tal fenômeno ocorre devido ao grau de participação política de diferentes grupos, quanto aos direitos sociais, e proteção social oferecida pelos Estados aos que dela necessitam. Ele explicita que a cidadania instaura-se tendo em vista os processos de luta e de novas configurações políticas. Destaca-se, também, duas importantes configurações políticas que romperam em nível mundial com o princípio de legitimidade que existia até então, baseado no direito dos súditos, passaram a estruturá-lo, considerando-se os direitos dos cidadãos a saber: A Declaração dos Direitos Humanos, de dez de dezembro de 1948, e a Revolução Francesa de 1817. Desse momento em diante, continua o autor, todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental e o estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias.

Podemos considerar que, na sua concepção mais ampla, a cidadania é a expressão correta do exercício da democracia. E a educação pode ser compreendida enquanto uma ferramenta imprescindível para tal exercício. O estudioso Freire (1990) assim, coloca: "A participação social, o exercício da cidadania contém em si, o conhecimento da realidade e a auto formação"(p.91). A identidade dos educandos e dos professores, as práticas pedagógicas, os conteúdos curriculares devem ser compreendidos como partes representativas de um conjunto de interesses subjacentes, que estruturam o modo pelo qual determinadas relações sociais se fortalecem ou são transformados e, ou substituídas.

Podemos, portanto, compreender que a tarefa fundamental do processo de alfabetização, de escolarização, não é apenas o ato de conhecer, mais, ainda, deve construir a consciência crítica, pois, segundo o referido autor: "A linguagem nos dá o poder de recordar significados, e, desse modo, podemos não só interpretar – uma aptidão animal – como interpretar nossas interpretações e interpretar os fenômenos sociais" (p.15). Nesse sentido, o conceito de educação freireana pode nos permitir compreender a educação como uma ferramenta para a cidadania, para a construção dos os sujeitos ali inseridos. A idéia da pedagogia freiriana, é fazer falar aquele que foi

silenciado, é envolver toda a comunidade escola no intercâmbio de experiências pedagógicas, culturais e cognitivas.

A gestão democrática poderá contribuir com a participação orgânica dos indivíduos no cotidiano escolar, principalmente, se compreendermos que tal forma de gestão poderá desencadear o intercâmbio de experiências pedagógicas, culturais, cognitivas, fortalecendo a participação crítica, o exercício crítico da cidadania e a interação do indivíduo com a realidade, com a comunidade, com a instituição.

Afinal, ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade à propriedade, à igualdade perante à lei é, em resumo, ter direitos civis. É, também, participar do destino da sociedade, votar e ser votado, ter direitos políticos. Para Pinsky, (2003), os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde a uma velhice tranqüila. O autor termina por afirmar que exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

Assim, podemos compreender que a escola cidadã é aquela que consegue articular seus conteúdos, metodologias e a gestão do ensino e da administração, com a vida em sociedade, com os princípios de liberdade, de democracia e de cidadania. O objetivo da educação, da gestão escolar, numa perspectiva cidadã, é, desse modo, reformular e modificar a nós mesmos, nossos pensamentos e nossos comportamentos, regras e rotinas.

O propósito é repensar a educação que não é, simplesmente, conhecer a verdade, nem redirecionar seus habitantes para um caminho mais crítico ou democrático, mas questionar a abrangência e o limite do empreendimento que nos constitui como sujeito. A prática pedagógica cidadã na infância e na adolescência pobres só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que os discentes tenham condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.

Assim, é imprescindível analisar a gestão democrática aplicada na escola pública municipal do Recife, a fim de verificar seu comprometimento com a escolarização, e seu esforço em fortalecer a cidadania na infância e na adolescência pobres. O fato, ao que tudo indica, é que falta muito para vivenciarmos uma gestão democrática e participativa, que fortaleça, a partir das práticas educativas, a qualidade do ensino, e a construção de um currículo adequado a realidade dos alunos.

METODOLOGIA

É importante destacar que nossa pesquisa está em andamento, contudo, já iniciamos as observações na escola pública municipal da cidade do Recife. A escolha pela escola pública municipal deve-se ao fato de após promulgação da Constituição em 05 de outubro de 1988, fica estabelecido em seu artigo 18, que a organização político-administrativa da República Federativa compreendia a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Todos autônomos, e organizados a partir dos princípios democráticos, nos termos da Constituição do Brasil. Assim, pretendemos analisar se a Gestão da escola municipal do Recife fortalece os princípios democráticos, as práticas educativas e a construção de um currículo que atenda as necessidades da clientela escolar.

Dividimos a nossa coleta de dados em três fases: na primeira, já concluída, realizamos encontros informais e observamos o cotidiano da escola pública de Recife, para saber se a escola em questão cumpre as exigências estabelecidas na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/1996, já referida anteriormente. É importante destacar que após a análise dos dados de aprovação e reprovação da escola, percebemos que 30% dos alunos não conseguem o sucesso no aprendizado e que o fracasso escolar continua sendo um grande desafio a ser superado.

No segundo momento, entrevistaremos os envolvidos na gestão da escola municipal, nosso objetivo é verificar como organizam o currículo na escola e as regras de convivência social entre alunos e professores. Sabemos que a escola em questão nos anos 90 registrava um cenário de violência e depredação em seu cotidiano. Assim, pretendemos, a partir das entrevistas, saber se tais dificuldades foram superadas.

Nossa intenção, durante as entrevistas, é ainda, de indagar os professores a propósito do Projeto Político Pedagógico, queremos saber se tal projeto foi construído, coletivamente ou a instituição apresentou dificuldades em concretizá-lo. Pretendemos ainda identificar os projetos de ensino, Planos de Aula, etc. elaborados pelos professores do ensino fundamental. Queremos identificar se os professores apresentam projetos de inovação pedagógica, de acompanhamento dos alunos com dificuldades, de intercâmbio de experiências pedagógicas e culturais, de integração família escola, etc. O fato é que tais projetos se desenvolvidos, podem fortalecer o ensino e a aprendizagem no espaço escolar.

Vale salientar que a pesquisa em questão poderá contribuir com a reflexão em torno da urgência em se repensar o cotidiano da escola pública estudada. Uma vez que desde sua origem em 1945, até 2012, ainda não conseguimos ultrapassar as lacunas existentes no que se refere a formação de professores, qualidade no ensino e a violência intersubjetiva da prática escolar.

Propomos para a efetivação da pesquisa um estudo de caso. Utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, nas quais se incluem: política e pesquisa em administração pública. O fato é que pretendemos analisar como a gestão organiza seu cotidiano de trabalho. E a partir dos resultados obtidos efetivaremos uma análise comparativa entre os documentos, as entrevistas, e as observações junto ao cotidiano das escolas observadas. Vale salientar que o estudo de caso nos proporcionará conhecer, a partir das observações entrevistas e análise documental, um pouco mais a propósito do dia a dia da prática escolar.

Para Yin (2001), o estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, essencialmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Como é o caso da Lei que determina a gestão democrática nas instituições públicas. Tudo indica que muitos municípios pernambucanos já alcançaram a universalização do ensino, contudo, muitos desafios ainda faltam para que seja garantida a permanência dos alunos na escola e à qualidade na gestão da escola e das práticas educativas.

O estudo de caso conta com muitas evidências utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Nesse sentido, podemos justificar a escolha do estudo de caso, pela opção, já explicitada, em realizar observações e entrevistas em série na escola municipal do Recife. E ainda pelo aspecto diferenciador e a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, a respeito da temática já referida anteriormente. Para Yin, (2001) o estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo, dentro de seu contexto da vida real, especificamente, quando os limites entre fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

A partir dos resultados obtidos verificaremos se de fato ocorre o que determina o Artigo 227 da Constituição Federal, no que se refere ao direito da criança e do

adolescente à educação pública e de qualidade e a gestão democrática determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu Título IV. E ainda verificaremos o impacto da organização do currículo no aprendizado dos alunos.

Vale salientar que pretendemos abordar o professor, antes das entrevistas, a partir de um Seminário de Integração Político – Pedagógica. A proposta é de socialização e de análise dos discursos referentes à gestão escolar.

RESULTADOS

Com este trabalho pretende-se uma análise de como a escola pública observada, vinha desenvolvendo suas práticas educativas, de gestão e de organização do currículo. Procedemos, no início da pesquisa, com as observações, encontros informais e análise documentais. Nosso objetivo foi o de verificar, também, como a escola vem conseguindo vencer os altos índices de reprovação e de abandono escolar e ainda pesquisaremos o impacto do currículo no cotidiano das práticas pedagógicas vivenciadas.

Logo nos primeiros encontros, informais, e nas observações junto ao corpo docente constatamos que os professores:

- Reconheciam a importância de trabalhar no sistema de cooperação. Vale destacar que os professores apresentaram muitas dificuldades, sobretudo práticas, para desenvolver a proposta de troca, de intercâmbio de experiências, de descentralização;
- conheciam a realidade dos alunos e a importância do exercício pedagógico para a cidadania, no entanto, acreditam que poucos serão incluídos e saíram da escola com a escolarização concluída;
- não se sentem motivados para alterar a rotina na sala-de-aula.
- Informam, com unanimidade, que necessitam de formação continuada.

Todas essas informações oferecidas durante as observações e conversas informais, nos fazem verificar que muito pouco a escola analisada está proporcionando para melhorar as práticas de gestão democrática, as práticas educativas. O fato é que a gestão da escola não oferece condições satisfatórias para motivar os trabalhos docentes e assim, termina desencadeando um clima de desânimo, de hostilidade e de violência.

A equipe gestora da escola reconhece, contudo, que:

- falta condições financeiras e recursos tecnológicos para desencadear um processo de formação entre seus professores;
- a necessidade de desencadear competências prática e teórica para facilitar um clima de integração entre família, escola e comunidade;

- a urgência em transformar a escola em um espaço de aprendizado e vivência democrática.

Sem dúvida, mesmo no início da nossa coleta de dados, já observamos que há urgência em repensar o cotidiano da escola em tela, no entanto, não podemos propor mudanças sem que seja alterada a ordem das coisas. Certamente a continuação da pesquisa nos proporcionará uma melhor compreensão dos problemas já observados e relatados nos encontros informais. Contudo destacamos que escola não pode funcionar como uma biblioteca falante. A vida cotidiana exige relações, aproximações com a realidade, com a arte, com a política, com a economia. A instituição de ensino pode ser um espaço de intercâmbio pedagógico, cognitivo.

A sala de aula pode e deve ser um local agradável, no entanto, faz-se necessário acreditar que a criatividade e a autonomia são instrumentos para o aprendizado. É necessário deixar livre os seres para que, pela sua consciência, e pelo conhecimento adquirido, transformem a sala de aula, a escola e a comunidade, na qual estão inseridos, no tripé para se obter o estímulo necessário para o sucesso na escola, para o exercício da cidadania.

Temos a intenção, enfim, de analisar como as práticas de gestão democrática, como as práticas educativas, da escola de Recife, fortalece o direito à participação e a uma proposta curricular adequada. Todos os envolvidos na pesquisa admitiram a fragilidade em propor novas práticas político-pedagógicas. todos reconhecem o contexto arisco e violento no qual os alunos da escola em tela estão inseridos, no entanto, afirmam que estão solitários na luta pelo fortalecimento da cidadania dos alunos da escola e na comunidade. Gostaríamos de destacar que a cidadania na infância e na adolescência pobres é uma conquista da sociedade, da escola..

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J.M.L. Educação como Política pública. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- FERNANDAES, F. Nova República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1986.
- GRAMSCI. A Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.1
- GARCIA, W.E. Administração Educacional em Crise. São Paulo: Cortez, 2000
- GUIMARÃES, M. Vigilância, punição e depredação Escolar. Campinas: São Paulo: Papirus, 1985.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa: edições 70, 1975.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. vol. I: II. Reginaldo Sant'anna (Trad.). (S.l.) Bertrand Brasil: 1994.
- PARO, P. H. Gestão Democrática: participação da comunidade na escola.
- PINSKY, B. C. História da cidadania. São Paulo: Contexto. 2003.
- YIN, R.K. Estudo de caso: planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2001.